Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 11934/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/9015/2015
PROTOCOLO	: 1599521
ÓRGÃO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS
INTERESSADO (A)	: MARIA LÚCIA TELES
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. REQUISTOS LEGAIS PREENCHIDOS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO.

Examina-se a aposentadoria voluntária concedida a **Maria Lúcia Teles,** nascida em 18.02.195, ocupante do cargo de assistente legislativo administrativo, matrícula 18, da Câmara Municipal de Dourados/MS, para fins de **registro.**

De posse do caderno processual, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a análise conclusiva nº ANC-7ICE-18154/16 (f. 44), favorável ao registro da aposentadoria, por constatar: ***1-*** *a tempestividade da remessa dos documentos que compõem os autos atendendo ao estabelecido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012;* ***2-*** *elementos constitutivos estão em consonância com o exigido no Anexo I, Capitulo II, Seção II, Item 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n.º 35 de 28.11.2012;* ***3-*** *regularidade do tempo de contribuição;* ***4-*** *previsão nos artigos 6º da EC 41/05, bem como art. 64 da Lei Complementar Municipal 108/06, a qual foi concedida através da Portaria 22/15, publicado no Diário Oficial do Município de Dourados 3947/15;* ***5-*** *proventos a perceber na inatividade foram fixados integrais e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.*

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que exarou o Parecer nº 18734/16 (f. 47), opinando pelo registro da presente aposentadoria.

É o relatório.

Das razões de decidir:

Ao compulsar os autos referentes à aposentadoria voluntária, verifico que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, assim como ao Ministério Público de Contas, pois os documentos que os integram atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

No caso foram observadas as exigências da Constituição Federal e da Lei Complementar Municipal 108/06, conforme Portaria 22/15, publicada no Diário Oficial de Dourados 3947/15 (f. 41), concedendo o benefício.

Os proventos da aposentadoria foram demonstrados na apostila de acostada à f. 6 e foram fixados integrais com base nos regramentos legais e os documentos encaminhados tempestivamente a esta Corte, de acordo com as orientações contidas na Instrução Normativa TC/MS 38/12.

Diante do exposto, em comunhão com o parecer do Ministério Público de Contas, decido pelo **REGISTRO** da aposentadoria voluntária concedida a *Maria Lúcia Teles*, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal c/c artigo 64 da Lei Complementar do Município de Dourados nº 108/06.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 30 de novembro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB